

CONSTITUINTE

amc P-5

Militares cassados querem indenização

JUL 1987

por Riomar Trindade
do Rio

ciais da Marinha, na EGN,
ontem, no Rio.

A grande preocupação dos oitenta capitães-de-corveta do Curso de Comando e Estado Maior e dos quarenta capitães-de-mar e guerra do Curso de Política e Estratégia das Marítimas da Escola de Guerra Naval (EGN) com a ampliação da anistia concedida em 1979 e 1985 aos militares cassados após 1964, em debate no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte. A informação foi prestada pelo senador José Richa (PMDB-PR) que, ao lado de outros cinco constituintes — senador José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Expedito Machado (PMDB-CE) e Prisco Viana (PMDB-BA) —, proferiu palestra e participou de debates com esses 120 ofi-

“A ampliação da anistia aos militares cassados, com reintegração e indenização, foi o tema principal dos debates e das perguntas dos oficiais. Em segundo lugar, ficou o sistema de governo”, disse Richa, em entrevista à imprensa. Segundo o senador paranaense, ele, Cabral e Fogaça coincidem num ponto: de que a indenização devida aos cassados seja resolvida na esfera da Justiça comum e por via administrativa.

Richa e Cabral julgam, ainda, que a anistia não é tema da alçada da Constituinte, com o que não concorda José Fogaça. O senador gaúcho entende que a anistia geral, ampla e irrestrita deve ser tratada pela Constituinte, deixando para a Justiça comum resolver o valor da indenização.